

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEANDRO GARCIA ALGARTE ASSUNÇÃO

**A PRISÃO EM QUESTÃO: CONTRASTE ENTRE O DISCURSO JURÍDICO-PENAL E  
OS DISCURSOS CRÍTICOS A PARTIR DA REALIDADE LOCAL BRASILEIRA E  
LATINO-AMERICANA**

CURITIBA  
2014

LEANDRO GARCIA ALGARTE ASSUNÇÃO

**A PRISÃO EM QUESTÃO: CONTRASTE ENTRE O DISCURSO JURÍDICO-PENAL E OS DISCURSOS CRÍTICOS A PARTIR DA REALIDADE LOCAL BRASILEIRA E LATINO-AMERICANA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito, Área de Concentração em Direito do Estado, Linha de Pesquisa em Direito, Poder e Controle, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do Título de Mestre em Direito.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Katie Silene Cáceres Argüello

CURITIBA  
2014

## TERMO DE APROVAÇÃO

LEANDRO GARCIA ALGARTE ASSUNÇÃO

A PRISÃO EM QUESTÃO: CONTRASTE ENTRE O DISCURSO JURÍDICO-PENAL E OS DISCURSOS CRÍTICOS A PARTIR DA REALIDADE LOCAL BRASILEIRA E LATINO-AMERICANA

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: \_\_\_\_\_  
Profª. Titular Drª. Katie Silene Cáceres Argüello  
Universidade Federal do Paraná

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos  
Instituto de Criminologia e de Política Criminal (ICPC)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Maurício Stegemann Dieter  
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP)

Curitiba, 07 de fevereiro de 2014.

Dedico este trabalho a todos aqueles que, inspirados pelos ensinamentos de Michel Foucault, fazem de sua pesquisa acadêmica uma tentativa de compreender como se opera o exercício das relações de poder a partir da interface do saber, da verdade e do poder.

## AGRADECIMENTOS

Tal como Jorge Luis Borges, também eu “prefiro sonhar que as superfícies polidas figuram e prometem o infinito”.

Esta foi uma jornada intensa.

Dois anos de intensa leitura, de enorme aprendizado, de inúmeros descobrimentos, de construção de novas e verdadeiras amizades. Nestes dois anos, as mudanças foram gigantescas não apenas no aspecto acadêmico: no aspecto profissional, depois de quase oito anos trabalhando no interior do Estado do Paraná, cheguei a Curitiba e sua Região Metropolitana para desenvolver minhas funções como membro do Ministério Público; no aspecto pessoal, veio, enfim, a celebração de meu casamento.

Produzir uma dissertação não é tarefa fácil, e em hipótese alguma pode ser considerado o resultado de um processo isolado, solipsista, ainda que, muitas vezes, solitário. Há inúmeros fatores a contribuir para o sucesso desta missão, e, por isso, é dever reconhecê-los todos, registrando-se em agradecimento toda a importância que cada um tem no resultado final deste processo.

Em primeiro lugar, à minha companheira de vida, Tanize Cássia Dambrós, que, mesmo diante das dificuldades que a vida tem lhe imposto, nunca deixou de entregar uma palavra de apoio, um gesto de carinho, uma atitude de compreensão, e nunca deixou de me incentivar a verticalizar meus objetos de investigação e interesse, ainda que isto tenha custado, por conta das inúmeras leituras, horas e dias de precioso convívio. Creio que apenas o amor é capaz de um gesto assim.

À minha família, que sempre acompanhou cada passo meu muito de perto. Ao meu pai, Edmilson, de quem recebi o aprendizado sobre a importância do comprometimento com a atividade acadêmica e a pesquisa científica, valores que carreguei e carregarei por todo o sempre. À minha mãe, Carmen, que fez da felicidade de seus filhos a sua própria, pela abnegação e por nunca desistir de manter a família unida, não importando quais fossem os obstáculos. Aos meus irmãos, Fernanda e

Rodrigo, por todo o companheirismo e lealdade que nos unem para além dos laços de sangue.

À minha “segunda” família, meus sogros Célio e Marly, meus cunhados Jean e Gisa, Bruna e Ronald, meu sobrinho/afilhado João Marcelo, por terem me acolhido em seus corações como um dos seus.

Aos amigos conquistados durante a maravilhosa *caminhada da vida*, que muitas vezes acreditaram em mim quando nem eu mesmo mais acreditava: Fernando Miguel Pelissari, Alexandre Teixeira Luz, Clayton Fuzetti Boszczowski, Marcos Alexandre Dário, Fábio Tamarozi, Márcio Ferreira Infante Rosa, Adyr Mazer de Carvalho, Matheus Orlandi Mendes, Thaysa Pesarini Mendes, Camila Monteiro Pullin Milan, Cleyson Brene, Rodrigo Morillos, Luiz Paulo Dal Pont Lodetti, Márcia Hübler Mosko.

Aos colegas, servidores e amigos do Ministério Público do Estado do Paraná, pelas imensas contribuições ofertadas durante estes dois anos de estudos e pesquisas, que, de uma forma ou outra, permitiram a confecção do presente trabalho, em especial: Jacson Luiz Zilio, Márcio Soares Berclaz (também meu companheiro de Programa de Mestrado do PPGD-UFPR), Ronaldo Costa Braga, Luciano Machado de Souza, Rodrigo Leite Ferreira Cabral, Alexey Choi Caruncho, André Luís Bortolini, Rodrigo Régner Chemim Guimarães, Paulo César Busato, Ivonei Sfoggia, Melissa Anselmo, Ronaldo de Paula Mion, Ana Karina Abrão Gama Monteiro, Fernando Cubas César, Adriana Pedroni, Samantha Barzotto, Priscila Aguiar, Thaise Jefferson, Matheus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini e Carlos Eduardo Azevedo.

À FEMPAR (Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná), instituição que passei a integrar no ano de 2013, na pessoa dos colegas e amigos Claudio Smirne Diniz e Mauro Sérgio Rocha, pela confiança e pelo respeito a mim deferidos.

Às grandes amizades conquistadas durante estes dois anos junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), pelo brilhantismo destes amigos(as), pela lealdade, pela simplicidade e por tudo aquilo que a mim ensinaram, nos âmbitos jurídico, filosófico e humano, em especial: Adriano Cordeiro, Ângela Couto Machado Fonseca, Bruna Araújo Amatuzzi, Danielle Regina

Wobeto de Araújo, Edna Torres Felício Câmara, Leandro Franklin Gorsdorf, Luiz Henrique Krassuski Fortes, Marion Bach, Maurício Dalri Timm do Valle, Paula Pessoa Pereira, Paula Talita Cozero, Priscila da Silva Barboza, Ricardo Alexandre da Silva, Ricardo Prestes Pazello, Simone Trento, Thiago Freitas Hansen, Tiago Gagliano Pinto Alberto, Vitor Stegemann Dieter, Washington Pereira da Silva dos Reis, penitenciando-me desde logo se, porventura, injustamente deixei de fazer menção expressa a algum dos amigos(as) desta jornada.

À extraordinária instituição Universidade Federal do Paraná (UFPR), de que tive a honra e o privilégio de integrar o corpo discente, por meio do Programa de Pós-Graduação em Direito.

Aos Professores Cesar Antonio Serbena e Vera Karam de Chueiri, pelos valiosos ensinamentos sobre as implicações entre Lógica e Direito, sobre Filosofia da Linguagem, Constitucionalismo e Democracia, controle de racionalidade da argumentação jurídica, dentre outros temas, e por permitirem-me integrar os quadros dos Núcleos de Pesquisa sob sua coordenação (Fundamentos do Direito, e Constitucionalismo e Democracia Filosofia e Dogmática, respectivamente).

Ao Professor Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, por permitir vislumbrar uma nova perspectiva da pesquisa jurídica através do estudo da Linguística e da Psicanálise aplicadas ao Direito, e por sua afabilidade e compreensão em um período muito atribulado de minha vida pessoal.

Ao Professor António Manuel Hespanha, pela excelência dos ensinamentos, pela grandiosidade de sua obra, pela simplicidade no trato, pela atenção dispensada a cada dúvida surgida durante suas aulas, das mais simples às complexas. Merece tudo o que conquistou na pesquisa acadêmica em escala mundial.

Aos Professores Fabrício Ricardo de Limas Tomio, Luiz Guilherme Bittencourt Marinoni e Celso Luiz Ludwig, pelas lições, pela paciência, e pelo constante apreço pela pesquisa acadêmica.

À Professora Katie Silene Cáceres Argüello, minha orientadora, pelas cobranças, pelos elogios, pela paciência, pela disponibilidade, pela vontade de estar sempre pronta a debater este e outros temas de interesse da Criminologia, pelos

ensinamentos, pelas aulas, pelas indicações de leitura, enfim, por tudo. Agradeço pela confiança depositada, e, principalmente, pela amizade construída.

À Professora Antonia Schwinder, pelas orientações e pela sinceridade com que analisou este trabalho.

A Joaquín Sabina, que, apesar de evidentemente não fazer mínima ideia de quem sou, esteve comigo durante boa parte da produção desta dissertação, inspirando-me a todo momento com suas canções e poesias sublimes. “Aves de paso, como pañuelos cura-fracasos”...

E, por fim, um último e especial agradecimento à instituição Ministério Público do Estado do Paraná, na pessoa do anterior Procurador-Geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, e na pessoa do atual Procurador-Geral de Justiça, Gilberto Giacóia, os quais não mediram esforços para, junto ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Paraná, permitir que a este autor fosse deferida autorização para cursar as disciplinas deste Programa de Mestrado, uma vez que, em específico no ano de 2012, desenvolvia minha atividade profissional junto às Promotorias de Justiça de Laranjeiras do Sul/PR, de modo que, então, uma vez pela semana, pudesse deslocar-me a Curitiba para acompanhar as aulas ministradas no Programa de Mestrado.

A tudo e a todos, do fundo d’alma, muito obrigado.

*Na época atual, todas essas instituições – fábrica, escola, hospital psiquiátrico, prisão – têm por finalidade não excluir, mas, ao contrário, fixar os indivíduos. A fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção. A escola não exclui os indivíduos, mesmo fechando-os; ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização de indivíduos. O mesmo acontece com a casa de correção ou com a prisão. Mesmo se os efeitos dessas instituições são a exclusão do indivíduo, elas têm como finalidade primeira fixar os indivíduos em um aparelho de normalização dos homens. A fábrica, a escola, a prisão ou os hospitais têm por objetivo ligar o indivíduo a um processo de produção, de formação ou de correção dos produtores. Trata-se de garantir a produção ou os produtores em função de uma determinada norma. Pode-se, portanto, opor a reclusão do século XVIII, que exclui os indivíduos do círculo social, à reclusão que aparece no século XIX, que tem por função ligar os indivíduos aos aparelhos de produção, formação, reformação ou correção de produtores. Trata-se, portanto, de uma inclusão por exclusão. Eis porque oporei a reclusão ao sequestro; a reclusão do século XVIII, que tem por função essencial a exclusão dos marginais ou o reforço da marginalidade, e o sequestro do século XIX que tem por finalidade a inclusão e a normalização.*

(Michel Foucault, A verdade e as formas jurídicas, p. 113).

*Na rua, nas escadas da Constitución, no metrô, todos os rostos me pareceram familiares. Temi que não restasse uma só coisa capaz de me surpreender, temi que nunca mais me abandonasse a impressão de voltar. Felizmente, ao cabo de algumas noites de insônia, de novo agiu sobre mim o esquecimento.*

(Jorge Luis Borges, O Aleph, p. 151).

## RESUMO

O presente trabalho tem por objeto de investigação desenvolver reflexões sobre a instituição total prisão a partir da realidade brasileira e latino-americana, a fim de entender em que bases estão assentados os fundamentos que, supostamente, atribuem-lhe legitimação. Contudo, o foco principal da presente investigação não está estabelecido em pensar e apresentar alguma espécie “oficial” de alternativa ao cárcere, ou mesmo defender, por meio da argumentação, qualquer tipo de postura no âmbito da política criminal, de cariz repressivo ou minimalizante. De outra banda, também não é premissa da presente investigação desenvolver uma arqueologia da história da prisão de modo a descrever como a prisão, inicialmente uma estrutura acessória de contenção para a aplicação de outras formas de castigo, passou a ser a principal resposta punitiva à delinquência no âmbito dos sistemas penais ocidentais, ou ainda descrever analiticamente os diversos modelos penitenciários que foram sendo pensados e implementados no decorrer dos últimos dois séculos. Estabelecidos, então, tais marcos investigativos e a perspectiva em que se assenta o trabalho, busca-se então efetivamente averiguar, a partir do contraste entre o discurso oficial jurídico-penal legitimante do cárcere como forma de castigo e os discursos críticos da instituição prisão, se o fenômeno da contínua reiteração do uso do cárcere encontra explicação no campo estritamente jurídico, ou se, ao contrário, tal justificativa está imbricada em outro campo epistemológico do saber humano, mais precisamente, o político. Feitos este contraste e mediação entre os discursos, procura-se projetar neste trabalho, então, quais os processos e os mecanismos existentes nas próprias relações de poder que, principalmente no fim do século XX e início do século XXI, realocaram o cárcere novamente em uma posição central nos sistemas penais ocidentais, culminando por conduzir à explosão das taxas de encarceramento em todo o mundo ocidental a partir dos anos 90 do século passado, em progressão sensivelmente maior que a taxa demográfica dos países ocidentais. E, por fim, feita essa análise de maneira aprofundada, pretende-se então fixar qual o atual papel histórico da instituição prisão nas sociedades ocidentais, com evidente destaque para as realidades brasileira e latino-americana, bem assim identificar algumas tendências que, desde agora, parecem ser possíveis de vislumbrar quanto ao próprio cárcere e sua (crescente) utilização pelos Estados democráticos que neste trabalho se tomam em conta com especial interesse.

**PALAVRAS-CHAVE:** Prisão. Mecanismos. Controle. Discursos oficial e críticos. Relações de poder.

## ABSTRACT

The present study has the aim of developing investigative reflections on total prison institution from the Brazilian and Latin American reality, in order to understand on what basis are set the foundations that, supposedly, give them legitimacy. However, the main focus of this research is not established in thinking and presenting some kind of "official" alternative to prison, or even to defend by argument, any kind of posture within the criminal policy of repressive or undermining nature. On the other hand, it is not the premise of this research to develop an archeology of the history of the prison in order to describe how the prison, originally an accessory structure of containment for the application of other forms of punishment, became the main punitive response to crime and delinquency within the Western penal systems, or analytically describe the various penitentiary models that have been developed and implemented over the past two centuries. Having established such investigative frameworks and perspective that underpins the work, it is intended to effectively investigate, from the contrast between the criminal legal prison official discourse that legitimizes the imprisonment as a form of punishment and the critical discourses of the prison institution, if the phenomenon of continuous repetition of the use of imprisonment is explained in an strictly legal field, or, on the contrary, if such a justification is embedded in another epistemological field of human knowledge, more precisely, the political field. Having made this contrast between discourses and mediation, it is sought to project onto this work, which processes and mechanisms are there in power relations, especially in the late twentieth century and early twenty-first century. The imprisonment has been relocated again in a central position in Western penal systems, culminating in the explosion of incarceration rates in the western world from the 90s of the last century, progressing in a rather higher rate than the population of Western countries. Finally, having made this analysis in depth, it is intended to establish which is the current historical role of the prison institution in Western societies, with evident emphasis on the Brazilian and Latin American realities, as well as to identify some trends, that from now on, seem possible to glimpse as to the prison itself and its (growing) use by democratic states which are taken into account with special interest by this study.

**KEYWORDS:** Prison. Mechanisms. Control. Official and critical discourses. Power relations.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	X
INTRODUÇÃO.....	14
<b>1. DIREITO PENAL, FUNÇÕES DA PENA E A INSTITUIÇÃO PRISÃO.....</b>	<b>19</b>
1.1 TRAJETÓRIA DOS DISCURSOS SOBRE O CASTIGO. TEORIAS E DISCURSO JURÍDICO-PENAL DA PENA CRIMINAL.....	24
1.1.1 TEORIA PENAL ABSOLUTA. RETRIBUCIONISMO.....	25
1.1.1.1 Postulados principais.....	26
1.1.1.2 Crítica às teorias retribucionistas.....	30
1.1.2 TEORIAS PENAS RELATIVAS. PREVENCIÓNISMO.....	33
1.1.2.1 A Prevenção Especial negativa e positiva.....	35
1.1.2.2 A Prevenção Geral negativa e positiva.....	42
1.1.3 TEORIAS MISTAS OU UNIFICADAS.....	51
<b>2. DISCURSOS CRÍTICOS DA PRISÃO. FUNÇÕES LATENTES OU OCULTAS A PARTIR DA PERSPECTIVA DO CÁRCERE.....</b>	<b>53</b>
2.1 O <i>LABELING APPROACH</i> E O ETIQUETAMENTO DO INDIVÍDUO: CONTEXTOS DE CÁRCERE.....	66
2.2 MICHEL FOUCAULT E UMA NOVA TECNOLOGIA DE PODER: O CONTROLE DO CORPO POR MEIO DA INSTITUIÇÃO PRISÃO.....	74
2.3 LEGADO DE KARL MARX E A CRIMINOLOGIA RADICAL: A PENA DE PRISÃO COMO REAFIRMAÇÃO DA IDEOLOGIA (CAPITALISTA) DOMINANTE.....	90
2.4 A TEORIA NEGATIVA OU <i>AGNÓSTICA</i> DA PENA CRIMINAL E DO CÁRCERE.....	102

<b>3. A PRISÃO COMPREENDIDA COMO MECANISMO DE CONTROLE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO CONTRASTE ENTRE O DISCURSO OFICIAL DA PENA CRIMINAL E OS DISCURSOS CRÍTICOS DA PRISÃO. CÁRCERE, SOCIEDADE MODERNA E PÓS-MODERNIDADE.....</b>	<b>110</b>
3.1 CRISE E DESLEGITIMAÇÃO DA FUNÇÃO PREVENTIVA GERAL NEGATIVA SOB A PERSPECTIVA DA PRISÃO.....	131
3.2 CRÍTICA E DESLEGITIMAÇÃO DA FUNÇÃO PREVENTIVA GERAL POSITIVA SOB A PERSPECTIVA DA PRISÃO.....	136
3.3 CRÍTICA E DESLEGITIMAÇÃO DA FUNÇÃO PREVENTIVA ESPECIAL POSITIVA SOB A PERSPECTIVA DA PRISÃO.....	141
3.4 CRÍTICA E DESLEGITIMAÇÃO DA FUNÇÃO PREVENTIVA ESPECIAL NEGATIVA SOB A PERSPECTIVA DA PRISÃO.....	147
3.5 O QUE O <i>CONTRASTE</i> ENTRE O DISCURSO OFICIAL E OS DISCURSOS CRÍTICOS É CAPAZ DE REVELAR? .....	151
3.6 PRISÃO COMO MECANISMO POLÍTICO DE CONTROLE. PRISÃO E REALIDADE BRASILEIRA .....	158
3.7 A INSTITUIÇÃO PRISÃO NO SÉCULO XXI REFLETIDA A PARTIR DE NOSSA REALIDADE LOCAL (BRASIL E AMÉRICA LATINA).....	181
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>194</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>201</b>